



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **POLÍTICA EDUCACIONAL DA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)**

Prof<sup>o</sup> Msc. Jeroaldo de Souza Santos (1)

*(UNIME - Itabuna/BA, jeroaldosantos@hotmail.com)*

### **RESUMO EXPANDIDO**

Este artigo trata da Gestão dos Recursos financeiros do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no Colégio Estadual X – CTX de Una/BA, diante da crise atual da educação na sua eficiência, eficácia e produtividade apregoada pelas políticas neoliberais transferem a educação, outrora obrigação do Estado na oferta, para o contexto de mercado na condição de propriedade.

A pesquisa consiste em um estudo de caso contextualizado a nível nacional e internacional, sendo uma pesquisa de campo, analítica e explicativa com base no método de análise qualitativo, a partir dos dados e informações coletados em campo, observação direta, análise de documentos e aplicação de questionários (questões objetivas e subjetivas) aplicados à direção e para os representantes do Colegiado Escolar do CTX de Una/BA.

O objetivo é analisar a influência da política neoliberal no financiamento da educação através do PDDE, bem como identificar o processo de prestação de contas e características da gestão democrática; participação de todos os segmentos da comunidade escolar na operacionalização e prestação de contas com base na Resolução nº9 de 24 de Abril de 2007.

A escolha da temática supracitada surge diante da crise atual da educação na sua eficiência, eficácia e produtividade apregoada pelas políticas neoliberais que transferem a educação para o contexto de mercado na condição de propriedade, outrora obrigação do Estado na oferta. Nesse contexto, as altas taxas de evasão e repetência; defasagem idade/série são elementos a serem combatidos baseados na racionalidade administrativa,



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

planejamento, descentralização, controle de gastos, otimização dos recursos e controle dos resultados.

Diante disso, o Estado passou a ser co-financiador das políticas sociais através do hibridismo do setor público não-estatal. (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 7). Nesse sentido emerge o Programa Dinheiro Direto na Escola para descentralizar a administração dos recursos financeiros destinados às escolas públicas de origem do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 1995.

A partir de 1998 identificado por Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). O PDDE incorporou em 2003 as escolas de ensino fundamental com discentes portadores de necessidades educacionais especiais e comunidades indígenas (ADRIÃO, 2007, p.6).

Esta pesquisa de método qualitativo, com base nos dados e informações coletados em campo, através de observação direta, da análise de documentos e aplicação de questionário à direção.

A observação direta na Escola Estadual de Una foi baseada nas informações coletadas pelo questionário aplicado à direção para identificar em quais setores da escola são aplicados os recursos financeiros do PDDE. A análise documental será realizada para calcular o valor de acordo a Resolução nº9 de 24 de Abril de 2007 que dispõe sobre os processos de adesão, habilitação, formas de execução e prestação de contas referentes ao (PDDE), e dá outras providências.

O questionário foi formado por questões de caráter objetivo e subjetivo aplicado à direção e a alguns membros do Colegiado Escolar (gestor escolar, 1 representante de pais, 1 representante de docentes, 1 representante dos discentes e 1 representante dos trabalhadores em educação).

O cálculo do financiamento por escola é definido pela Resolução FNDE/CD nº12/1995 considerando a Resolução FNDE/CD nº 03 de 1997 (art. 2º), esses valores passaram a ser divididos entre despesas de custeio, “manutenção e pequenos investimentos, visando contribuir para a melhoria física e pedagógica dos



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

estabelecimentos de ensino, sendo vedada sua aplicação para pagamento pessoal”, como analisa Castro (2008, p.129).

A sistematização dos dados sobre o contexto da gestão escolar do CTX de Una/BA possibilitou uma análise dos instrumentos que a gestão da escola estudada utiliza para administrar de forma eficaz os recursos financeiros do PDDE, bem como discutiu a influência da política neoliberal no financiamento da educação brasileira, com base nas pesquisas de Bresser Pereira (1997); Thereza Adrião (2007); Ana P. Pádua P. de Castro (2008); dados do Ministério da Educação e outros pertinentes à temática da pesquisa.

O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE é oriundo dos fundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola- FNDE em parceria com o Banco Mundial para prestar assistência financeira às escolas públicas do Ensino Fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas de educação especial qualificadas como entidades sem fins lucrativos e recenseadas pelo Ministério de Educação, além de fomentar a política democrática de autogestão desses recursos financeiros transferidos, como pontua (CASTRO, 2008, p. 128) de acordo a Resolução nº17, de 09 de maio de 2005, do Conselho Deliberativo do FNDE.

A influência do Banco Mundial juntamente com o Estado Neoliberal mínimo possui caráter antidemocrático e verticalizados em sua avaliação da qualidade do ensino para atender suas demandas como define Gentili (1996), quando analisa a função do Estado neoliberal.

A política neoliberal critica as ações do Estado diante do paternalismo (serviços sociais); ineficiência (seguro social) e corporativismo, além da gratuidade do ensino que para (SINGER, 1995, p. 8) que segundo o neoliberalismo torna o aluno passivo a má qualidade do ensino e sugere como meio de solução para recuperar a produtividade da educação, a competição em mercado, combinando qualidade, baixo custo, com pleno respeito à liberdade de cada indivíduo, contudo, verticalizadas, contra a autonomia escolar, autoritárias e antidemocráticas.



A previsão de sua utilização é em prazo inferior a um mês, a Direção do CTX de Una/BA opta por outra modalidade de aplicação, cujos rendimentos são superiores aos encargos financeiros dela resultantes, para que não haja prejuízo no investimento.

Além disso, a gestão escolar da área de estudo reprograma os recursos financeiros após discussão com segmentos (representantes do Conselho Escolar) as definições, ações e necessidade do momento na escola, o que foi constatado que há pouco acompanhamento dos representantes do corpo docente e discente, enquanto os pais e funcionários atribuem mais conhecimento técnico para administrar os recursos do PDDE à gestão escolar.

É notória a importância da atuação do Conselho Escolar na gestão do dinheiro público/escolar para a consolidação da gestão democrática no cumprimento das normas do PDDE e demais programas financeiros para melhoria da qualidade dos serviços educacionais constituem-se instrumentos poderosos para a redução da pobreza e fator de formação de capital humano para o trabalho, contexto este, em que a “educação é uma simples oferta de um produto a ser negociado no mercado”, segundo Castro (2008, p.109).

A discussão com o referencial teórico possibilitou identificar a influencia da política neoliberal no financiamento da educação através do PDDE, sendo este, um dos instrumentos provenientes da influência das políticas econômicas do neoliberalismo no Estado Brasileiro através do Banco Mundial. Este, por sua vez, está inserido na autonomia e processo de democratização dos recursos financeiros diretamente para as escolas buscando a melhoria e superação da crise atual da educação na sua eficiência, eficácia e produtividade.

Mediante o Artigo 1º da Resolução nº9 de 24 de Abril de 2007 o valor de 27.309. 3 do PDDE considerando os 870 discentes do CTX de Una/BA nos 10 anos de implantação contribui para o provimento das necessidades prioritárias desta escola garantindo seu funcionamento na promoção de melhorias em sua infra-estrutura física e



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

pedagógica, bem como incentivando a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social.

A gestão democrática para Amboni (2007 p.8) “não é a garantia de um exercício livre e autônomo de seus conselheiros, que precisam ser qualificados para entender a escola com possibilidades concretas de transformação da realidade social [...] ela é aquilo que o processo de interação [...] deseja”. Portanto sem capacitação, esforço, desejo de mudança e administração coerente dos recursos financeiros do PDDE pelo Colegiado Escolar no CTX de Una/BA é ineficaz as políticas de descentralização da administração escolar.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. **Alterações no padrão de oferta da educação básica: algumas considerações**. São Paulo, 2005. 15p.

ADRIÃO, T. e PERONI, V. **Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública**. Revista *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 98, 2007, p. 253-267, jan./abr. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n98/a13v2898.pdf>, acesso dia: 08 de out de 2011, às 16:00.

AMBONI, Vanderlei. **Gestão democrática e controle social dos recursos financeiros destinados às escolas estaduais do Paraná**. Revista *Urutágua- revista acadêmica multidisciplinar*, nº 13-ago./set./nov.2007. Maringá-Paraná. ISSN 1519.6178. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/013/13ambonihtm>. Acesso em: 22 de dez de 2011.

BRASIL. Resolução nº 9 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ddne-legislacao>. Acesso em: 14 out. 2011.

BRASIL. LEI Nº 8.666 - de 21 de junho de 1993 - dou de 22/06/1993. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1993/8666.htm>. Acesso dia 22 dez. 2011.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BRESSER PEREIRA, L.C. **A reforma do Estado dos anos 90: crise e reforma.**

Disponível em: <<http://www.mare.gov.br/reforma>>. Acesso em: 8 set. de 2011.

CASTRO, Ana Paula Pádua P. de. **A gestão dos recursos financeiros e patrimoniais da escola.** Ibepe. Curitiba. 2008. 185 p.

CUNHA, L. A. **A educação e a construção de uma sociedade aberta.** In: CUNHA L. A. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, 27-63 p.

GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário.** In: SILVA T. T. da e GENTILI, P. (orgs.). Escola S. A. quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996, 9-49 p.

GIRO, Suzana. **A importância da gestão democrática dos recursos públicos destinadas à educação.** In: Revista Eletrônica científica de ciências contábeis. Ano II – Número 03 – Maio de 2004 – Periódicos Semestral. Garça/SP 1-7 p. Disponível em: <http://www.revista.inf.br/contabeis03/pages/artigos/cc-edic03-anoII-art03.pdf>, acesso dia: 08 de out de 2011 às 16:40.

NAVIA, Patrício; VELASCO, Andrés. **As reformas políticas de segunda geração.** In: KUCZYNSKI, Pedro-Pablo; WILLIAMSON, John (Orgs.). Depois do consenso de Washington. São Paulo: Saraiva, 2004, 233-267 p.

OLIVEIRA, D. A. A. **A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado.** In: FERREIRA N. S. C e AGUIAR R. M. A. S. (Orgs.) Gestão da Educação: impasses perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Maria Abadia da. Dívida externa e gestão educacional: as formas de intervenção do Banco Mundial. **Revista Linhas Gerais**, Faculdades de Educação, UnB, vol.10, nº 18, jan/jun, 2004, 85-100 p.

SINGER, P. **Poder, política e educação.** In: Revista Brasileira de educação. Conferência de abertura da XVIII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, outubro de 1995, 7-15 p.

THERESA ADRIÃO. **Implicações do Programa Dinheiro Direto na escola para a gestão da escola pública.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 98, jan./abr. 2007. p.